

# Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano IX, nº 35 – MARÇO / 2012

ISSN 1980-6310

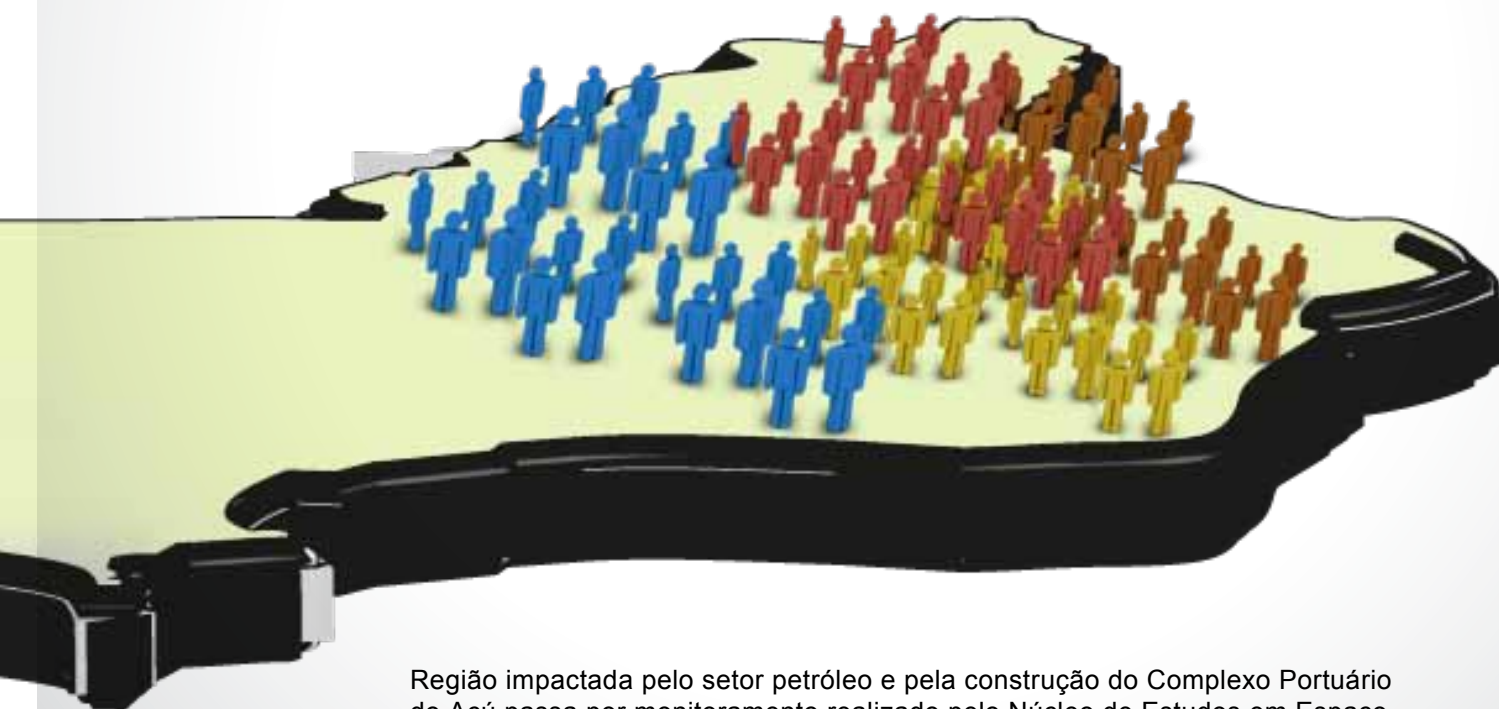
APOIO:



■ ARTIGO ■

## As invasões bárbaras

Mito e realidade na migração para o Norte Fluminense



Região impactada pelo setor petróleo e pela construção do Complexo Portuário do Açú passa por monitoramento realizado pelo Núcleo de Estudos em Espaço e Demografia da UFF. Primeiros resultados mostram grandes demandas em planejamento e gestão do espaço.

PÁGINAS 5 A 7

■ ENTREVISTA

### Os royalties do petróleo para pensar o futuro

Diretora da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, Paula Nazareth fala sobre a utilização dos recursos dos royalties pelos estados e municípios, a necessidade de fiscalização pelos cidadãos, as perspectivas do pré-sal, entre outros temas. Para ela, é preciso utilizar os royalties para garantir um futuro melhor.

PÁGINAS 2 A 4

■ ARTIGO

### Uma história que se repete no Sergipe

Artigo mostra a relação entre exploração e produção de petróleo e os índices de desenvolvimento humano em municípios do Sergipe. Evidências são de que rendas da atividade não contribuíram para reduzir problemas sociais. Disparidades encontradas revelam necessidade de políticas urgentes e eficazes.

PÁGINAS 8 A 10

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO ENTREVISTA A DIRETORA DA ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO DO TCE-RJ, PAULA NAZARETH, QUE PARTICIPOU RECENTEMENTE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) DE LANÇAMENTO DO LIVRO “MAR DE RIQUEZAS, TERRA DE CONTRASTES”, PUBLICAÇÃO QUE CONTÉM ARTIGO DE SUA CO-AUTORIA

■ ENTREVISTA / PAULA NAZARETH ■

# Os royalties para o futuro

Recursos deveriam ser investidos para construir uma sociedade melhor estruturada para as futuras gerações, avalia pesquisadora

VITOR MENEZES

Em Campos dos Goytacazes (RJ) para proferir aula inaugural do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Ucam-Campos, a diretora geral da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), Paula Nazareth, recebeu o **Boletim Petróleo, Royalties & Região**, em

**BPRR - O BPRR já publicou artigos que discutiam a competência da fiscalização da aplicação dos royalties do petróleo, se esta cabe ao TCU (Tribunal de Contas da União) ou se cabe ao TCE (Tribunal de Contas do Estado). Esta é uma questão superada? Estão definitivamente definidos estes papéis?**

**Paula Nazareth** – Isso já está resolvido. Realmente houve um conflito de competência no passado, porque o TCU acreditava que, por esta renda ser um recurso pago através da Secretaria do Tesouro Nacional e pela ANP, seria competência deles. Inclusive foi o próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio que entrou com mandado de segurança, questionando essa competência. Como o recurso é considerado receita própria do Estado e dos municípios, uma compensação financeira que é de titularidade deles, então quem tem a competência para fiscalizar esta receita é o TCE. E isso foi aprovado.

**BPRR – Desde quando?**

**Paula Nazareth** – Desde 2004 que o Tribunal [do Estado] tem a competência para fazer

8 de março, para uma entrevista sobre a utilização dos recursos dos royalties pelos estados e municípios, as perspectivas do pré-sal, entre outros temas.

A economista, co-autora de um dos artigos da coletânea “Mar de Riquezas - Terras de Contrastes”, destacou o papel da sociedade na fiscalização das contas e a necessidade de que estados e municípios se preparem para

um futuro sem os recursos dos royalties. Nazareth também avaliou os possíveis impactos de uma mudança na legislação sobre a distribuição de royalties e participações. De acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o Estado poderá ter perdas de até R\$ 50 bilhões até 2020, caso sejam alteradas as formas de repartição dos recursos. Confira a entrevista:



PAULA NAZARETH DURANTE AULA INAUGURAL NO MESTRADO DA UCAM EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

a fiscalização desse recurso.

**BPRR – E como que a senhora avalia a transparência dos municípios na utilização dos recursos dos royalties, uma vez que a fiscalização é do TCE?**

**Paula Nazareth** – Essa é uma questão um pouco difícil de responder. No Estado há uma situação diferenciada, tem uma transparência maior e é um só. O dinheiro líquido, depois de pagar a dívida com a União, do contrato de rene-

gociação da dívida, das obrigações legais e as parcelas que são dos municípios, o dinheiro vai todo para o Rio Previdência, então se tem mais transparência, há mais previsibilidade. No caso dos municípios, a legislação não prevê nenhuma obrigatoriedade [na destinação], é um recurso que entra livre, sem qualquer vinculação, apenas com as vedações que a legislação impõe, que é não usar o dinheiro para pagar quadro permanente de pessoal – porque essa receita é uma

receita incerta, pode variar, então você não pode contratar pessoal, fazer um concurso público, contando com esse dinheiro. E também não se pode usar esse dinheiro para pagar dívida. A ideia é a de que esse dinheiro seja usado para o desenvolvimento. Então, dizer como o município está em relação à transparência na aplicação destes recursos, é como dizer como ele está na transparência da utilização de qualquer recurso, porque o volume é grande e o tratamento que ele dá a estes recursos é o mesmo que ele dá às suas receitas em impostos.

**BPRR – Independentemente da origem, ainda não parece muito difícil para um cidadão comum acompanhar a aplicação dos recursos do seu município? O TCE, de alguma forma, discute isso?**

**Paula Nazareth** – Sim, o TCE tem uma preocupação com isso. O trabalho dos técnicos, de auditoria e fiscalização, busca levantar como é feito esse gasto. O município tem obrigação de prestar contas, mas muitas vezes a gente discute dentro do Tribunal sobre como ele pode contribuir

para ajudar a traduzir para o cidadão comum esse uso [dos recursos]. Porque o município preenche os demonstrativos que têm que ser preenchidos pela Lei, mas isso não quer dizer que essa informação seja acessível. Então, o Tribunal de Contas tem uma preocupação grande, e cobra isso dos municípios e do Estado, sobre como é que a gente pode fazer para: primeiro, para que eles não deixem de publicar aquilo que são obrigados a publicar por Lei, seja no Diário Oficial, seja na internet; segundo, como fazer para que essa divulgação seja feita de uma forma acessível. Por conta dessa preocupação, o Tribunal participa de uma rede de controle, com vários órgãos de controle, no Grupo de Trabalho de Controle Social, que é um grupo que reúne instituições governamentais, como a secretaria da Receita Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Controladoria Geral da União – que é quem coordena esse grupo –, a Procuradoria da Fazenda Nacional, a Uni-Rio, a Secretaria de Estado de Educação, os tribunais de contas da União, do Estado e do Município do Rio, todos estes órgãos trabalham juntos para o fomento do controle social no Estado do Rio de Janeiro. São organizadas palestras, eventos, encontros, cursos, e a gente participa, através da Escola de Contas, contribuindo na organização. E muitas vezes a administração quer dar transparência, mas não sabe qual seria a melhor forma. E o próprio Tribunal se preocupa em se mostrar mais parceiro da sociedade, e não apenas um órgão fechado de fiscalização.

**BPRR – E com a perspectiva do pré-sal, o trabalho do TCE vai aumentar? Como vocês se preparam para este novo cenário? Ou é só uma mudança de números?**

**Paula Nazareth** – O Tribunal hoje, assim como ocorre

em outros tribunais no país, já convive com um aumento de demanda de trabalho, por conta de todas as mudanças que estão acontecendo no nosso País. A própria questão da transparência, que é crescente, com uma exigência da população cada vez maior de cidadania, de democracia, e o próprio crescimento das despesas, das receitas, da complexidade da legislação. Então, o Tribunal tem que dar conta de uma enormidade de desafios. No caso do pré-sal, o Rio de Janeiro vive hoje um momento muito especial, e tem ainda a questão da Copa do Mundo, a perspectiva das Olimpíadas, e um poder de atração de novos investimentos da indústria do petróleo. Tudo isso funciona

#### APÓS DEFINIÇÃO DE NOVO MARCO REGULATÓRIO, SETOR PASSA POR INDEFINIÇÃO

como uma sobrecarga em cima do Tribunal. Existe uma expectativa muito grande e o Tribunal está procurando dar conta desse desafio, procurando rever e adotar metodologias de controle mais modernas. Agora mesmo vamos ter um concurso para técnicos de controle externo, que há muito tempo não tínhamos, e estamos sempre procurando capacitar o servidor, para que os técnicos trabalhem afinados com as técnicas mais modernas de auditorias, com as melhores metodologias, para a gente responder a este desafio.

**BPRR – Com relação às possibilidades de mudanças na distribuição dos royalties, qual a situação neste momento? O que pode mudar no curso prazo?**

**Paula Nazareth** – Estamos em um momento de muita incerteza. Foi definido um novo

marco regulatório, há uma pressão em relação à adoção desse marco porque o pré-sal tem que ser explorado, os investimentos são de longo prazo, de longa maturação, são pesados financeiramente,

#### RIO DE JANEIRO VIVE MOMENTO ESPECIAL COM GRANDE PODER DE ATRAÇÃO

então a indústria precisa entrar para começar a fazer a exploração, e as rodadas de licitação estão suspensas enquanto não se definir a questão. Foi criado um novo marco legal, mas faltou definir a questão da distribuição dos recursos. O dinheiro que foi pago pelas empresas, no sistema de partilha ou de concessão, como é que ele vai ser distribuído? Essa questão é crucial. Então a gente está no centro de uma disputa federativa, uma disputa acirrada, que está colocando em lados opostos Estados e municípios produtores, que têm as reservas, e Estados e municípios não produtores – que têm também uma expectativa muito grande em relação à utilização destes recursos, apesar da perspectiva ser a de que a entrada deste dinheiro só vá acontecer muito mais para frente. Mas existe uma urgência, principalmente em razão da situação fiscal dos municípios, de redistribuição destes recursos. Então a gente tem hoje a proposta da emenda Simon, que foi vetada quando a nova legislação foi aprovada no final de 2010. Tem uma proposta que é a do PL 8051, apresentada no último dia do governo Lula, que preserva os contratos em vigor, que é uma coisa muito importante, no qual as novas formas de distribuição só valeriam para o pré-sal. Tem a perspectiva da derrubada do veto da emenda Simon, o que

provocaria a redistribuição dos royalties para todos os Estados e municípios, inclusive dos contratos que estão em operação hoje, do pós-sal, e isso vai ensejar uma briga judicial, como já avisaram os Estados e municípios produtores, afinal eles têm orçamentos, uma programação com base nestes contratos que estão em vigor, seria um rompimento de contrato, além de se deixar de reconhecer um direito que está garantido na Constituição. E há também um substitutivo que foi aprovado no Senado, o PL 448, no final de 2011, que está para ser votado, proposta do senador Vital do Rego. Então, nós temos essas três possibilidades em discussão. De qualquer maneira, a tendência é a de que não se preservem as regras tais como elas são hoje. Haverá, certamente, alguma mudança. O que o Estado do Rio e os seus municípios colocam é que estas regras que estão em vigor foram criadas no bojo de uma série de outras questões, como a do ICMS sobre petróleo, gás natural e energia, que é cobrado no estado de destino, diferentemente do que acontece com todas as outras mercadorias no País. Então, essa questão do ICMS faz com que o Estado tenha uma perda, sendo o Estado do Rio o principal produtor de petróleo. O Estado quer colocar isso também na mesa de negociação.

**BPRR – Há algumas estimativas em relação às possíveis perdas para o Estado do Rio de Janeiro. Qual o pior cenário imaginado, sob o ponto de vista do Estado?**

**Paula Nazareth** – O tamanho das perdas varia. Há várias estimativas. Mas uma coisa é certa: a perda será muito grande, porque o Estado do Rio concentra mais de 80% das reservas, é responsável por 80% da produção nacional de petróleo, e isso faz com que o Estado e seus municípios, principalmente

aqueles que estão situados aqui no Norte Fluminense, sofrem impactos muito grandes. A gente viu recentemente o vazamento em frente ao Rio de Janeiro, os riscos ambientais, problemas sociais derivados do aumento populacional – há dados que mostram como os municípios que recebem royalties passam a sofrer problemas com saneamento, saúde, educação, violência, favelização, uma série de problemas que têm sido objeto de vários estudos, inclusive em Macaé, Rio das Ostras e aqui mesmo em Campos. Então, esse impacto tem que ser levado em consideração. A ideia dos royalties e das participações especiais é também promover uma compensação pelos impactos causados, como está na Constituição. Para o Rio de Janeiro, o pior cenário, destes que estão colocados, é realmente é a hipótese da emenda Simon, de distribuir todos os recursos por todo o País, de acordo com índices do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. E há aí um outro problema federativo, que também terá que ser enfrentado, que é o do congelamento do índice do Fundo de Participação dos Estados, o mesmo desde 1989, com todas as mudanças que aconteceram no País, e nele o Rio de Janeiro aparece como um dos estados com menor coeficiente de participação, porque a lógica do Fundo é uma lógica redistributiva. Então, o Rio de Janeiro está contribuindo muito em dinheiro para a Federação e recebendo muito pouco. Tudo isso tem que ser levado em consideração e o Estado do Rio e os municípios vão brigar por isso, ainda mais neste momento em que há tanto investimento sendo feito, que precisa ser feito, e o Estado não pode sofrer esta perda. A Secretaria de Estado de Fazenda tem estimativa de que as perdas, até 2020, na perspectiva de mudanças nas regras, poderiam chegar à casa de R\$ 50 bilhões, o quanto os Estados e municípios vão deixar de ganhar.

**BPRR – Vê-se então o quan-**

**to que a questão é de disputa política, e não somente legal ou técnica. Na atuação do TCE, isso também ocorre? Até que ponto vai o político e o técnico, por exemplo, na avaliação das contas de um município?**

**Paula Nazareth** – Bom, em primeiro lugar é preciso registrar que eu não posso falar em nome do Tribunal, porque eu sou apenas uma servidora. Inclusive, neste momento, eu estou na Escola de Contas e Gestão...

**BPRR – Mas este certamente é um tema que vocês trabalham na escola...**

**Paula Nazareth** – Sim, e que a gente trabalha muito na capacitação e formação dos servidores de todas as prefeituras, câmaras municipais, no Estado e nos municípios do Rio de Janeiro. A gente está fazendo um trabalho muito grande. A ideia é justamente capacitar as administrações para que elas estejam capacitadas para lidar com os desafios de planejar, executar e implementar as políticas públicas. Então, o Tribunal faz esse trabalho, inclusive gratuito, e até em pós graduação, para contribuir para a que a gestão dos recursos seja feita de forma transparente e dentro da legalidade. Com relação à análise das contas, o Tribunal de Contas do Estado, assim como outros tribunais, não é aquele que julga as contas do município. Quem julga, é o poder Legislativo. Então, pelo próprio fato desse julgamento ser feito pelo poder Legislativo, é claro que isso é uma questão política. O que o Tribunal faz é a análise técnica das contas. O Tribunal, ao analisar as contas de uma administração, analisa de acordo com a legislação. Se está cumprindo os limites da Constituição, em que foram gastos os recursos, se está seguindo a legislação referente à parte de licitações e contratos, é isso o que o Tribunal faz, essa análise técnica. Então, elabora um parecer e, aí sim, esse parecer vai ser julgado politicamente pela Assembleia Legislativa, no

caso do governo do Estado, e pelas câmaras municipais nos municípios. Então, o componente político é o julgamento que é dado. Na câmara se avaliam outras questões que não são técnicas, tem a questão política sobre como está a gestão do município, que é uma outra análise, que inclusive foge um pouco o meu conhecimento.

---

### ADMINISTRAÇÃO PRECISA TRATAR ROYALTIES COMO SE FOSSEM RECURSOS DE UMA POUPANÇA

---

O trabalho do Tribunal é um trabalho técnico. Agora, há um aspecto que estamos evoluindo, que é o de avaliar não apenas a legalidade, mas também a efetividade das ações. Então, não basta o governante dizer que, pela Lei, tinha que gastar 10% ou 15% na saúde e gastou. A gente está evoluindo para aferir se esse gasto com a saúde repercutiu favoravelmente, se os índices da saúde melhoraram, se a qualidade da educação melhorou. Então, o Tribunal, assim como outros tribunais do Brasil, está evoluindo para avaliar a efetividade e a qualidade das políticas públicas.

**BPRR – Para finalizar, explorando mais a economista e pesquisadora do que a servidora do TCE, como a senhora avalia o grau de dependência dos municípios em relação aos recursos dos royalties e participações do petróleo?**

**Paula Nazareth** – Eu avalio esta questão como sendo da maior gravidade. Precisa ser muito pensada, muito refletida. Porque é um risco muito grande. Os municípios, principalmente, ficam muito vulneráveis quando eles têm um grau de dependência tão grande de uma receita que, como a gente sabe, é incerta. Primeiro, porque o petróleo é um recurso não renovável. Segundo, porque os preços e

as receitas do petróleo dependem de vários fatores que estão fora do controle do município, como, por exemplo, o preço do petróleo no mercado internacional, que depende de questões geopolíticas que estão até fora da alçada do governo federal, depende da guerra no Oriente Médio, depende da estratégia política da Opep [Organização de Países Produtores de Petróleo], depende da taxa de câmbio, depende de uma série de outros fatores que afetam o preço do petróleo e vão por consequência afetar as receitas. Agora, se o município está muito dependente, se uma parcela muito grande da receita dele é de royalties, isso significa que esta receita pode oscilar muito, pode cair muito de um ano para o outro. Então, é importante que ela venha, mas é importante que ela seja muito pensada, por não ser uma receita que o município vai ter sempre. Precisa ter consciência disso. A administração precisa usar isso como se fosse uma poupança, um prêmio, de uma forma que possa gerar frutos e que possa beneficiar não só a atual população, como as próximas gerações. Foram milhões de anos para construir essa camada do pré-sal, isso não pode ser totalmente consumido no nosso período de vida. O ideal é usar este recurso, e a gente procura sempre alertar os municípios, para criar alternativas para diversificar a sua estrutura produtiva, não ficar dependendo do petróleo. Porque não só tem esse risco das reservas acabarem, como tem o risco de mudarem as regras como a gente está vendo agora, esse risco está aí, é um risco concreto. O município precisa usar este recurso de modo que o possibilite a ter outras receitas no futuro. Investir em outras atividades produtivas, na construção de políticas públicas que tenham efeito duradouro, investir na educação, investir em infraestrutura nas suas cidades, que passam a receber muita gente nova, tudo isso precisa ser levado em consideração.

ARTIGO DE ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA E GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ TRAZ RESULTADOS DE MONITORAMENTO REALIZADO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E DEMOGRAFIA DA UFF NO NORTE FLUMINENSE. PRIMEIROS DADOS ACERCA DO PROCESSO MIGRATÓRIO MOSTRAM GRANDES DEMANDAS EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESPAÇO.

■ ARTIGO ■

# Norte Fluminense: uma região em transformação

ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA E  
GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ

A região Norte do Estado do Rio de Janeiro inicia o que poder-se-ia denominar sua segunda grande transformação. A primeira, já bastante debatida entre os pesquisadores que estudam a região, foi a transição de uma estrutura agrária ancorada na indústria sucroalcooleira para a indústria da exploração e produção de petróleo, cuja marca temporal data da segunda metade da década de 1970. A implantação da indústria e seus efeitos marcaram profundamente a região e sua adjacência, especialmente o município sede da base da indústria petrolífera – Macaé – com visíveis efeitos perversos decorrentes da ocupação desordenada do espaço urbano. Os efeitos territoriais da indústria do petróleo já consolidara papéis distintos para os municípios da região, especialmente os mais próximos, assim como já desenhara os fluxos que marcavam a relação funcional entre

os municípios. O adensamento excessivo de Macaé, a favelização e a violência crescente acentuou o crescimento dos municípios vizinhos, dentro e fora da região, com especial destaque para Rio das Ostras que apresentou expressivos 10,5% de crescimento popu-

REGIÃO PASSA  
POR SEGUNDA  
GRANDE FASE DE  
TRANSFORMAÇÃO  
ECONÔMICA

lacional anual médio na última década.

Macaé detém a centralidade em termos de demanda por trabalho, Rio das Ostras tem se tornado o lócus privilegiado para moradia, mas também para a localização industrial, aproveitando-se da conurbação com Macaé e a instalação de uma Zona Especial de Negócios em território contíguo. Campos dos Goytacazes

detém a centralidade da formação de mão-de-obra para a indústria do petróleo, posição que divide com Macaé, que tem aumentado a oferta de cursos superiores no município e com Itaperuna, na região Noroeste do Estado.

Quissamã, um dos maiores recebedores per capita das rendas petrolíferas dividirá com Campos dos Goytacazes o espaço do Complexo Logístico Industrial Farol/Barra do Furado, onde se instalarão empresas do setor naval e portuário. Os investimentos com a implantação do complexo somam R\$ 175.000.000,00 cuja origem é assim distribuída: R\$ 55.000.000,00 investidos pelo Governo Federal (PAC2); R\$ 20.000.000,00 alocados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (PADEM); R\$ 74.000.000,00 são recursos do município de Campos dos Goytacazes e finalmente R\$ 26.000.000,00 do município de Quissamã. Além disso, o município de Quissamã já tem

implantada uma Zona Especial de Negócios com política explícita de redução do ICMS para 2% para empresas que se instalarem no município<sup>1</sup>.

Em São João da Barra já se encontra em implantação o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA), um

COMPLEXO  
PORTUÁRIO DO AÇÚ  
DEVE ATRAIR  
R\$ 40 BI EM  
15 ANOS

megaempreendimento com recursos majoritariamente privados de R\$ 3,8 bilhões na infraestrutura do maior porto-indústria da América Latina. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), atua na implantação do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB). Estimam-se que o

TABELA 1

ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO FORMAL  
SÃO JOÃO DA BARRA – 2007-2010

SÃO JOÃO DA BARRA	2007	2008	2009	2010
EXTR MINERAL	4	1	0	0
IND TRANSF	467	466	404	423
SERV IND UP	0	6	4	3
CONSTR CIVIL	592	1.292	1.590	1.747
COMERCIO	478	552	579	649
SERVICOS	479	608	694	824
ADM PUBLICA	2.129	2.211	2.252	3.583
AGROPECUARIA	211	176	192	168
TOTAL	4.360	5.312	5.715	7.397

FONTE: RAIS/MTE (2007-2010)

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE  
SÃO JOÃO DA BARRA - 2011

Grupos de Idade	Homens	Mulheres	Total	%H	%M	%T
0 a 9 anos	86	70	156	6,9	5,6	12,4
10 a 19 anos	104	75	179	8,3	6,0	14,3
20 a 29 anos	96	112	208	7,7	8,9	16,6
30 a 39 anos	71	73	144	5,7	5,8	11,5
40 a 49 anos	75	94	169	6,0	7,5	13,5
50 a 59 anos	77	89	166	6,1	7,1	13,2
60 a 69 anos	62	78	140	4,9	6,2	11,2
70 anos e mais	44	48	92	3,5	3,8	7,3
<b>Total</b>	<b>615</b>	<b>639</b>	<b>1254</b>	<b>49,0</b>	<b>51,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NEED/2011

porto-indústria atrai para as áreas destinadas a instalação industrial, nos próximos 15 anos, investimentos na ordem de R\$ 40 bilhões de reais e que gerem aproximadamente 50 mil de empregos<sup>2</sup>. No estágio atual, a obra emprega cerca de 4 mil trabalhadores com forte absorção da mão-de-obra local. O empreendedor principal tem planejado grandes investimentos imobiliários para o município, possivelmente, já prevendo a pressão sobre o setor imobiliário em decorrência do grande fluxo migratório que se espera para o município e para a área de influência do empreendimento.

Acredita-se que nos próximos 15 anos o município de São João da Barra conviverá com obras em diversos estágios, uma vez que os empreendimentos não instalarão todos ao mesmo tempo. Essa assincronia deve garantir absorção de mão-de-obra de perfis variados nos diversos empreendimentos.

Já se observa no município um dos impactos da instalação de grandes projetos que é a mudança na estrutura ocupacional. A tabela 1 revela o forte crescimento do emprego

formal no município (69,7%) no período, que elevou a participação do município no total dos empregos formais na região de 2,1% em 2007 para 3,3% em 2010. Em termos estruturais nota-se o esvaziamento do engajamento nas atividades agropecuárias (queda de 20,4%) e o crescimento acentuado do emprego na construção civil (195,1%); nos serviços (72,0%); no comércio (35,8%) e 68,3% de crescimento do emprego na administração pública. Verifica-se, portanto, crescimento das relações formais

### PRIMEIROS IMPACTOS PODEM SER SENTIDOS EM SÃO JOÃO DA BARRA

de trabalho em decorrência da forte demanda, principalmente de mão-de-obra local, cuja obrigatoriedade de contratação consta como medida mitigatória de impactos sociais. A atividade agropecuária tende a ser bastante impactada, pois, o conjunto dos empreendimentos

localiza-se em áreas rurais, o que tende a mudar completamente o perfil de utilização econômica do entorno do empreendimento, como também no ordenamento do território como um todo.

Durante o ano de 2011, segundo dos dados do CAGED, sem contabilizar o emprego na administração pública, o saldo de empregos criados no município foi de 1075 novos postos de trabalho, que acrescidos do emprego na administração pública deverá elevar o estoque de emprego em 2011 para próximo de 9000 vínculos empregatícios segundo relações formais de trabalho.

Com o intuito de registrar algumas características atuais do município de São João da Barra e monitorar as mudanças que se processarão ao longo do tempo, o Núcleo de Estudos em Espaço e Demografia (NEED), do Departamento de Geografia da Universidade federal Fluminense (UFF) realizou, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), uma pesquisa amostral no município de São João da Barra. A pesquisa de campo ocorreu em outubro de 2011 com amostra

de 407 domicílios, distribuídos proporcionalmente em todos os setores censitários do município, totalizando informações de 1254 indivíduos. O instrumento de coleta foi desenhado de forma colaborativa entre vários pesquisadores e foi organizado em oito blocos temáticos abordando Habitação e Domicílios, Características dos Moradores, Estado Civil e Nupcialidade, Educação, Migração, Trabalho e renda, Fecundidade e, Percepção sobre a cidade. O desenho da pesquisa considera ainda a aplicação de coletas

### MONITORAMENTO REALIZADO PELA UFF VERIFICA EFEITOS DOS EMPREENDIMENTOS

sistemáticas para monitorar os efeitos dos empreendimentos em curso na área de estudo. Este artigo discute os resultados do quesito que procurou medir a migração.

A tabela 1 mostra que a distribuição por sexo da amostra reflete a distribuição da popula-

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE  
POR TEMPO DE RESIDÊNCIA  
SÃO JOÃO DA BARRA - 2011

Tempo de moradia	Absoluto	Relativo	
Imigrante	Menos de um ano	34	2,71
	Um ano	27	2,15
	Dois anos	11	0,88
	Três anos	39	3,11
	Quatro Anos	19	1,52
	5 a 9 anos	64	5,10
	10 a 14 anos	64	5,10
	15 a 19 anos	26	2,07
	20 anos ou mais	108	8,61
	Não respondeu	5	0,40
	<b>Total de migrantes</b>	<b>397</b>	<b>31,66</b>
	Não Migrante	857	68,34
<b>Total na amostra</b>	<b>1254</b>	<b>100,00</b>	

FONTE: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NEED/2011

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE SEGUNDO O MUNICÍPIO DE ORIGEM  
POR TEMPO DE RESIDÊNCIA – SÃO JOÃO DA BARRA - 2011

Unidade Territorial	Tempo de Moradia no Destino							
	0 a 4 anos		Mais de 5 anos		Não determ.		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
CAMPOS DOS GOYTACAZES	88	67,69	168	64,12	3	60,00	259	65,24
RIO DE JANEIRO	6	4,62	33	12,60	0	0,00	39	9,82
MUNICÍPIO NÃO IDENTIFICADO	5	3,85	8	3,05	0	0,00	13	3,27
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	1	0,77	10	3,82	0	0,00	11	2,77
NITERÓI	2	1,54	4	1,53	0	0,00	6	1,51
CABO FRIO	3	2,31	1	0,38	1	20,00	5	1,26
SÃO PEDRO DA ALDEIA	1	0,77	4	1,53	0	0,00	5	1,26
CONSELHEIRO LAFAIETE	4	3,08	0	0,00	0	0,00	4	1,01
TIMÓTEO	4	3,08	0	0,00	0	0,00	4	1,01
SÃO PAULO	2	1,54	2	0,76	0	0,00	4	1,01
ARMACÃO DOS BUZIOS	0	0,00	3	1,15	0	0,00	3	0,76
SÃO FIDELIS	0	0,00	3	1,15	0	0,00	3	0,76
OUTROS	14	10,77	26	9,92	1	20,00	41	10,33
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>100,00</b>	<b>262</b>	<b>100,00</b>	<b>5</b>	<b>100,00</b>	<b>397</b>	<b>100,00</b>

FONTE: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NEED/2011

ção recenseada no Censo Demográfico de 2010 (49,6% de homens e 50,4% de mulheres) evidenciando a representatividade dos dados. A estrutura etária revela que a população é relativamente envelhecida, dado que o peso da população acima de 60 anos é maior do que o da população da base da pirâmide 12,4% contra 18,5%. Por outro lado a população em idade ativa (considerando apenas o intervalo etário de 20 a 59 anos) representa 54,8% da população, o que é positivo do ponto de vista da oferta de trabalho, desde que qualificada em sintonia com a demanda dos empreendimentos atuais e futuros.

Para elucidar o mito da intensidade do fluxo migratório com destino ao município é relevante destacar as evidências sobre a população migrante à época da pesquisa. Os grandes fluxos migratórios impactam principalmente a estrutura etária, social, cultural e econômica da população e na estrutura de poder político estabelecida. Os efeitos na estrutura social e econômica, se não forem devidamente prevenidos e mitigados podem desencadear um processo de degradação do espaço urbano, proliferação de bolsões de pobreza, aumento da criminalidade e outros processos sociais igualmente negativos.

A tabela 2 destaca o tempo de moradia da população imigrante no município. Note-se que 31,26% dos entrevistados declararam não residir no município desde que nasceram, contudo aqueles com até quatro anos de tempo de residência totalizam 10,37% enquanto aqueles com mais de cinco anos somam 20,89%. Em que pese a baixa participação daqueles com imigração recente – que estaria associada à dinâmica gerada pelos empreendimentos do CLIPA – os deslocamentos migratórios mais recentes (até um ano) representam 4,86% entre aqueles com deslocamentos datados de até quatro anos.

A desagregação dos dados

de imigrantes segundo o município de origem e o tempo de residência em São João da Barra apresentada na tabela 3 revela que os deslocamentos mais significativos têm origem em municípios do Estado do Rio de Janeiro, majoritariamente em Campos dos Goytacazes nas duas categorias de tempo de residência no destino analisadas.

Os movimentos recentes com origem em municípios mais próximos reflete o que se constatou no clássico tratado sobre migrações apresentado em 1885 por Ravenstein com base no Censo Demográfico britânico de 1881 e, posteriormente, ancorado em dados de um conjunto maior de países europeus e norte-americanos. Neste estudo o autor elaborou sete leis da migração, sendo que a primeira relata que os migrantes, em maioria, percorre apenas uma curta distância e os fluxos migratórios destinam-se para os centros de comércio e indústria. A segunda lei prevê que uma cidade em rápido crescimento atri-

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEVE CONTEMPLAR NOVAS DEMANDAS DA REGIÃO

primeiramente a população de suas áreas circunvizinhas se expandindo, gradativamente, para lugares mais distantes (RAVENSTEIN, 1885)<sup>3</sup>.

Quem conhece a região reconhece que o deslocamento entre Campos dos Goytacazes e São João da Barra pode ser realizado diariamente, configurando um fluxo pendular. Sabe-se ainda, que uma parcela dos migrantes atraídos pelos empregos diretos e indiretos decorrentes do empreendimento fixarão residência em Campos dos Goytacazes, o que tende a arrefecer os impactos dos fluxos migratórios em São João da Barra. Assim, para

TABELA 5  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM POR TEMPO DE RESIDÊNCIA – SÃO JOÃO DA BARRA - 2011

Unidade Territorial	Tempo de Moradia no Destino							
	0 a 4 anos		Mais de 5 anos		Não determ.		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Rio Grande do Norte	0	0,00	2	0,76	0	0,00	2	0,50
Paraíba	0	0,00	1	0,38	0	0,00	1	0,25
Pernambuco	0	0,00	1	0,38	0	0,00	1	0,25
Alagoas	0	0,00	1	0,38	0	0,00	1	0,25
Sergipe	1	0,77	1	0,38	0	0,00	2	0,50
Bahia	0	0,00	3	1,15	0	0,00	3	0,76
Minas Gerais	10	7,69	2	0,76	0	0,00	12	3,02
Espírito Santo	7	5,38	3	1,15	0	0,00	10	2,52
Rio de Janeiro	104	80,00	237	90,46	5	100,00	346	87,15
São Paulo	3	2,31	2	0,76	0	0,00	5	1,26
Distrito Federal	0	0,00	1	0,38	0	0,00	1	0,25
Brasil (UF não identificada)	5	3,85	8	3,05	0	0,00	13	3,27
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>100,00</b>	<b>262</b>	<b>100,00</b>	<b>5</b>	<b>100,00</b>	<b>397</b>	<b>100,00</b>

Fonte: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NEED/2011

se conhecer de forma precisa o fluxo migratório decorrente do empreendimento seria necessário expandir a coleta de dados para o município de Campos e outros municípios da região Norte fluminense, o que se pretende fazer gradativamente.

Observa-se na tabela 4 que os movimentos mais recentes com origem fora do estado do Rio de Janeiro partem principalmente de Minas Gerais e Espírito Santo que apresentam limites territoriais próximos a São João da Barra.

É fato que o município de São João da Barra, assim como a área de influencia do CLIPA, serão muito impactadas pelos empreendimentos econômicos e que as consequências para a sociedade e para o ambiente urbano da região ainda são incipientes e podem ser mitigados e prevenidos.

Há que se concentrar na formação profissional da população em sintonia com a demanda que se instalará na região. Há que se ter um forte investimento e controle do sistema de saúde, sendo desejável e possível neste momento um cadastramento de todos os usuários residentes, e acompanhamento do perfil de morbimortalidade do município, bem como a necessidade de expansão do sistema para absorver os fluxos migratórios. No que respeita os impactos da

migração sobre o ordenamento territorial, destaca-se a necessidade elaborar e executar um plano diretor que defina de forma clara as funções de cada área, delimitação de áreas de especial interesse social, dotação de infraestrutura básica entre outras providências.

Nesse contexto, o monitoramento contínuo e sistemático dessa realidade é uma forma eficiente e consistente para avaliar a dinâmica demográfica, o mercado de trabalho, a demanda por moradias entre outros aspectos sociais igualmente relevantes.

**ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA  
E GUSTAVO HENRIQUE NAVES  
GIVISIEZ SÃO DOUTORES EM  
DEMOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MINAS GERAIS,  
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL FLUMINENSE - POLO  
DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.  
AMBOS COLABORAM COM  
PROGRAMA DE MESTRADO EM  
PLANEJAMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE CIDADES DA  
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.**

#### REFERÊNCIAS

HTTP://WWW.QUISSAMA.RJ.GOV.BR/INDEX.PHP/COMPLEXO-LOGISTICO-FAROL-BARRA-DO-FURADO/  
HTTP://WWW.LLX.COM.BR/CGI/CGILUA.EXE/SYS/START.HTM?SID=162&LNG=BR  
RAVENSTEIN, ERNEST G. (1885), "THE LAWS OF MIGRATION", JOURNAL OF THE ROYAL STATISTICAL SOCIETY, VOL. 48, PART II

ARTIGO DE GICÉLIA MENDES TRAZ EVIDÊNCIAS DE QUE RENDAS DO PETRÓLEO NO ESTADO DO SERGIPE NÃO TÊM CONTRIBUÍDO PARA REDUZIR PROBLEMAS SOCIAIS. DISPARIDADES ENCONTRADAS NA CONFRONTAÇÃO DOS ROYALTIES PER CAPITA COM A SITUAÇÃO SOCIAL REVELAM NECESSIDADE DE POLÍTICAS URGENTES E EFICAZES

Artigo

## Royalties do petróleo e pobreza em Sergipe

GICÉLIA MENDES

A indústria do petróleo apresenta especificidades em relação a outros tipos de empreendimentos em função da localização que não pode ser determinada por outros fatores senão a existência do mineral no subsolo. Estas e outras peculiaridades da indústria do petróleo são destacadas por Piquet (2007). Para a autora, o fato de as corporações que operam no setor atuarem de modo globalizado e organizarem o espaço de maneira “seletiva e extrovertida”, não caracteriza preocupação com o local onde a extração do minério é realizada. Desta maneira, as áreas produtoras funcionam como campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações. Não são, portanto, empreendimentos voltados a promover o desenvolvimento regional. (PIQUET, 2007, p. 23)

No caso da indústria do petróleo, pela característica de exploração de recursos finitos, são pagos aos entes federados nos quais estão instalados os aparatos necessários à atividade, compensações financeiras, os chamados royalties, que têm contribuído para o aumento significativo das receitas municipais, especialmente após a vigência da Lei 9478/97, Lei do Petróleo (LP).

Em Sergipe, a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo, a partir da LP, trouxe alterações significativas nos orçamentos dos municípios produtores de petróleo, em especial aos municípios litorâneos que passaram a receber royalties da produção offshore. Contudo, o montante

que tais municípios recebem em royalties, comparados ano a ano com alguns indicadores sociais, deixa claro que o crescimento econômico não elimina a pobreza. Os números não falam por si só, mas contribuem para que a partir da junção de

APÓS 40 ANOS DE  
ATIVIDADES,  
POPULAÇÃO  
CONTINUA  
EMPOBRECIDA

outros fatores, elaboremos um arcabouço investigativo e propositivo a respeito das compensações financeiras do petróleo e seus efeitos sociais e, mais especificamente, da pobreza. Após mais quarenta anos de exploração, encontra-se sobre o subsolo rico uma população empobrecida e com poucas possibilidades de usufruir dos benefícios que os recursos provindos da exploração das jazidas poderiam oferecer se a gestão dos mesmos fosse adequada.

De que pobreza  
estamos falando?

Santos (2000) apresenta três definições para a pobreza nos países subdesenvolvidos: a pobreza incluída, a pobreza marginalizada e a pobreza estrutural global. Estas formas de pobreza são apresentadas como resultado de processos de transformação social e econômica dos países e representam momentos históricos específicos. A primeira delas, a pobreza incluída, característica de um momento onde o con-

sumo ainda não estava difundido e o dinheiro não assumia papel social de destaque, diz respeito àquela que acontece sazonalmente por consequência de acidentes naturais ou sociais. “Era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar”. (SANTOS, 2000, p.70). As soluções para o problema eram de origem provada, assistencialista e local. No segundo caso, a marginalidade, caracteriza a pobreza de um momento onde o processo de comunicação já se encontrava em estágio mais avançado assim como o consumo. Por meio da ampliação da circulação e da comunicação as inovações passam a constituir um “dado revolucionário nas relações sociais”. (SANTOS, 2000, p. 71). Com a divulgação do êxito do bem-estar social nos países europeus, muitos países pobres, inclusive o Brasil, sentiram-se na obrigação de buscarem solução para a po-

breza, como confirma Santos, pois, “ mesmo em países como o nosso, o poder público é forçado a encontrar fórmulas, saídas e arremedos de solução. Havia uma certa vergonha de não enfrentar a questão”. (SANTOS, 2000, p. 71)

PERCEPÇÃO DA  
POBREZA NO BRASIL  
AUMENTOU COM  
ÊXITO DE PAÍSES  
EUROPEUS

O último período descrito por Santos refere-se ao que vivemos atualmente. O período no qual está presente a pobreza estrutural globalizada.

A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comuni-

TABELA 01  
REGIÃO PETROLÍFERA SERGIPANA  
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
1991-2000

Município	IDH		IDH Renda		IDH longevidade		IDH educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aracaju	0,770	0,794	0,949	0,752	0,635	0,729	0,726	0,901
Areia Branca	0,421	0,644	0,280	0,522	0,610	0,719	0,374	0,691
Barra dos Coqueiros	0,553	0,676	0,441	0,578	0,637	0,631	0,581	0,818
Brejo Grande	0,348	0,550	0,203	0,456	0,477	0,526	0,363	0,667
Capela	0,437	0,615	0,293	0,501	0,579	0,629	0,440	0,716
Carmópolis	0,503	0,676	0,394	0,561	0,575	0,666	0,538	0,800
Divina Pastora	0,431	0,655	0,230	0,508	0,579	0,662	0,485	0,795
General Maynard	0,458	0,671	0,248	0,530	0,616	0,695	0,511	0,789
Itaporanga D'Ajuda	0,352	0,638	0,181	0,515	0,536	0,683	0,340	0,715
Japarutaba	0,437	0,651	0,297	0,537	0,533	0,646	0,480	0,771
Laranjeiras	0,444	0,642	0,272	0,519	0,564	0,628	0,496	0,778
Maruim	0,448	0,662	0,269	0,532	0,560	0,659	0,515	0,794
N. S. do Socorro	0,528	0,696	0,324	0,563	0,666	0,695	0,596	0,831
Pacatuba	0,349	0,584	0,179	0,438	0,522	0,646	0,346	0,667
Pirambu	0,424	0,652	0,259	0,554	0,567	0,646	0,445	0,755
Riachuelo	0,453	0,671	0,277	0,521	0,616	0,695	0,466	0,798
Rosário do Catete	0,471	0,672	0,345	0,559	0,564	0,627	0,503	0,829
Sto Amaro das Brotas	0,439	0,655	0,198	0,521	0,662	0,669	0,457	0,775
São Cristóvão	0,514	0,700	0,347	0,583	0,615	0,695	0,581	0,823
Siriú	0,420	0,645	0,247	0,520	0,579	0,662	0,436	0,754

Fonte: IPEA, 2007



continuação da página 8

cantes e como algo racional, num resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. (SANTOS, 2000, p. 72)

Por conseguinte, é em função da naturalização da pobreza que a resolução torna-se mais difícil. Algo dado como natural acaba por se incorporar aos comportamentos e ações dos indivíduos, principalmente daqueles que sofrem a ação das desigualdades. A pobreza estrutural globalizada, como a própria definição revela, apresenta ramificações, tentáculos que alcançam a todos aqueles que os sistemas econômicos e políticos desejam alcançar para manter o padrão de equilíbrio necessário ao controle social.

Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam, para criar

soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente manifestações de pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao

---

**POBREZA ATACADA  
DE MODO PONTUAL  
FAZ POBREZA  
ESTRUTURAL  
CONTINUAR**

---

nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais. (SANTOS, 2000, p. 73)

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que a pobreza tem se adaptado às necessidades da política e da economia

mundiais e que contam, em certa medida, com a colaboração dos governos nacionais, seja de forma ativa ou não.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. (BARROS, et.al., 2000)

A pobreza deve ser analisada considerando não só o nível de renda, mas também a precariedade de infraestrutura sanitária, pela deficiência calórica, pela esperança de vida e pelas taxas de analfabetismo. (CASTRO, 1992, p.105)

Chama-nos a atenção quando a análise destes indicadores denuncia a pobreza em municípios enriquecidos pelas rendas petrolíferas. É sobre esta realidade que, neste texto, pretendemos discutir.

**Royalties e indicadores  
sociais: onde estão as  
prioridades?**

Analisando-se alguns dos indicadores de desenvolvimento econômico nos municípios da Região petrolífera Sergipana, percebe-se que entre 1991 e 2000 houve melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), principalmente naqueles que apresentavam índice mais baixo a exemplo de Brejo Grande, Itaporanga D'Ajuda e Pacatuba. Contudo quando os componentes do IDH são anali-

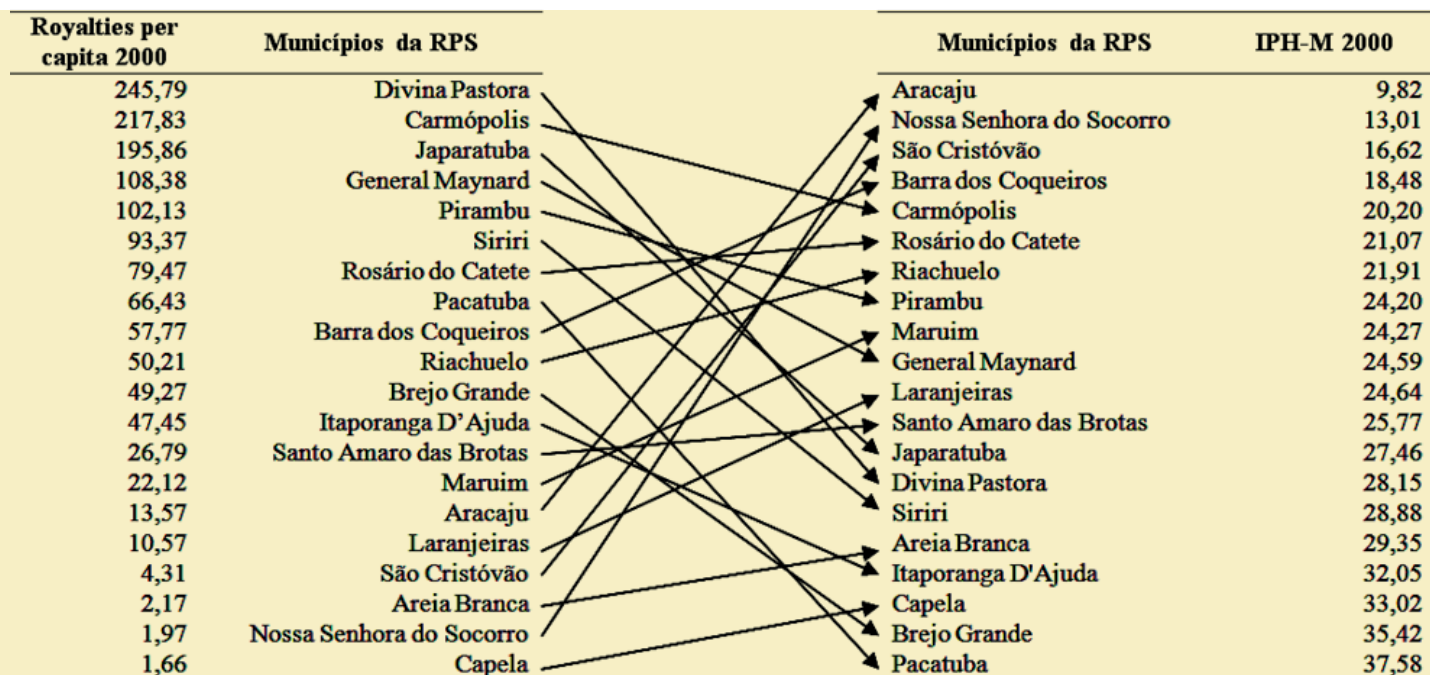
---

**VULNERABILIDADE  
SOCIAL NÃO PODE  
SER ENTENDIDA  
APENAS A PARTIR  
DA RENDA**

---

sados individualmente percebe-se que o aumento nos índices de educação e longevidade foram os grandes responsáveis pela melhoria do IDH na maior parte dos municípios da Região petrolífera Sergipana (RPS)<sup>1</sup>. O índice de renda, no entanto, não

**Figura 01: REGIÃO PETROLÍFERA SERGIPANA- Correlação entre royalties per capita e índice de pobreza humana- 2000**



Fonte de dados: ANP, 2007

CONTINUA NA PÁGINA 10

demonstrou aumento significativo entre os anos 1991 e 2000. Desta forma evidencia-se que o problema maior dos municípios produtores de petróleo em Sergipe encontra-se, principalmente, na má distribuição da renda. (Tabela 01)

A despeito da forte concentração da renda e da riqueza que há no histórico brasileiro, é preciso que as realidades sejam demonstradas para as transformações ocorrerem. A análise das relações entre os royalties per capita dos municípios petrolíferos de Sergipe e os índices indicativos das condições sociais da população oferecem subsídios que alertam para que sejam repensadas as formas atuais de investimentos das rendas petrolíferas.

A correlação dos royalties per capita municipal (RP-M) e o Índice de Pobreza Humana Municipal (IPH-M) demonstra a inversão de posição entre os municípios na correlação entre as variáveis analisadas<sup>2</sup>. Este ruído é percebido quando os royalties são comparados ao IPH-M. Dos cinco maiores beneficiários dois, Japaratinga e Divina Pastora, apresentam

índices de pobreza significativa, estando entre os dez mais pobres da região. Carmópolis, General Maynard e Pirambu sofrem inversão negativa, mas estão mais bem posicionados no ranking da pobreza na RPS. A menor inversão ocorreu no município de Santo Amaro das Brotas que saiu da décima terceira pra a décima segunda posição. Nesta comparação também fica clara a inversão em todos os municípios da RPS. Maiores valores per capita em royalties correspondem, em linhas gerais, a índices de pobreza elevados. (Figura 01)

### Elaboração própria

Os números atestam que a existência de exploração e produção de petróleo nos municípios da RPS não tem contribuído para a resolução de problemas sociais. É preciso que os municípios elaborem suas próprias políticas sociais de combate a pobreza visando uma maior participação da população nos lucros do petróleo. As disparidades apresentadas pela comparação dos royalties per capita e o IPH-M apontam

para a urgente necessidade de políticas sociais eficientes e que possibilitem aos municípios conterem a pobreza e o baixo nível de desenvolvimento social.

A pobreza das pessoas da RPS indica também a impossibilidade de reagir aos desafios da convivência social em meio à atividade de ponta que é a exploração do petróleo. Ser pobre na RPS é também sofrer as imposições dos grilhões do sistema e da modernidade que acorrentam a ação por meio da impossibilidade de acesso aos meios de produção, de comunicação e de inserção e de transformação.

GICÉLIA MENDES É PROFESSORA ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE; PESQUISADORA DO GEOPLAN/UFFS E DO LACTA/UFF.

### NOTAS

1 - A REGIÃO PETROLÍFERA SERGIPANA (RPS) É COMPOSTA PELOS MUNICÍPIOS

SERGIPANOS PRODUTORES DE PETRÓLEO. (SILVA, 2008)

2 - ROYALTIES PER CAPITA E IPH-M REFERENTES AO ANO 2000. O IPH-M VARIA DE 0 A 100. VER ROLIM (2007)

### REFERÊNCIAS

BARROS, RICARDO PAES DE. ET AL. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: RETRATO DE UMA ESTABILIDADE INACEITÁVEL. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. FEVEREIRO, VOL 15, N. 42, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, BRASIL, 2000.

CASTRO, INÁ ELIAS DE. O MITO DA NECESSIDADE: DISCURSO E PRÁTICA DO REGIONALISMO NORDESTINO. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1992.

PIQUET, ROSÉLIA. INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E DINÂMICA REGIONAL: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. IN: PIQUET, ROSÉLIA; SERRA, RODRIGO(ORG.). PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2007.

ROLIM, CÁSSIO. UM ÍNDICE DE POBREZA HUMANA MUNICIPAL PARA O BRASIL. UNIVERSIDADE DO PARANÁ, 2002. DISPONÍVEL EM WWW.ECONOMIA.UFPR.BR/PUBLICA/TEXTOS/2005/CASSIO%20ROLIM.PDF. ACESSO EM 20/10/2007.

SANTOS, MILTON. POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2000.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NO BPR&R

O Boletim Petróleo, Royalties & Regiões aceita colaborações em forma de artigos de pesquisadores das áreas cobertas pela publicação, com ênfase em desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e participações e legislação tributária.

Os artigos são avaliados pela coordenação do Boletim e, eventualmente, por pesquisadores convidados.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são as seguintes:

- Os artigos devem conter apenas título, corpo, notas, referências bibliográficas e uma minibiografia institucional do autor (não sendo necessários resumos e abstracts).
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 13 mil caracteres com espaços (incluindo

notas e referência bibliográficas.

- A referência bibliográfica deve se limitar ao mínimo necessário e conter apenas obras citadas no artigo.
- Notas devem ser colocadas, juntas, ao final do texto.
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em jpg, com resolução mínima de 96 dpi.
- Tabelas podem ser enviadas em forma de imagem (jpg), em excel ou word.
- Os autores aceitam, tacitamente, eventuais edições necessárias para adequação ao espaço do boletim e ao seu padrão editorial.

O envio dos artigos pode ser feito para o e-mail: boletim@ucam-campos.br

### Petróleo, Royalties & Região

ISSN 1980-6310

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320 telefax:(0xx22) 2726 2406)

### Ano IX, Nº 35 - MARÇO | 2012

**Coordenação:** Denise Cunha Tavares Terra e Thiago Muniz  
**Editor e Jornalista Responsável:** Vitor Menezes (MTB 21374)  
**Bolsistas:** Wagner Rosado (UCAM) e Willian Silva de Oliveira (Faperj)